

Estudo Técnico Preliminar 28/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 036065/2025-80

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar trata da análise da viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras para Reforma do Laboratório de Anatomia – 2º Pavimento – Bloco D do Prédio da Antiga Medicina – Centro de Ciências da Saúde da UFPE, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A obra compreende uma área total de intervenção de 102,64 m², e a contratação planejada se dará com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e demais equipamentos necessários à execução contratual.

O Departamento de Anatomia da UFPE tem por escopo o estudo e o ensino da anatomia humana, prestando atendimento semestral a aproximadamente 1.200 estudantes de distintos cursos de graduação, abrangendo tanto as ciências da saúde quanto áreas afins ou correlatas, a exemplo da Licenciatura em Dança e da Engenharia Biomédica;

Para isso, conta com diversos laboratórios voltados a essa finalidade. O laboratório que será objeto do presente Estudo Técnico Preliminar está localizado no segundo pavimento do Bloco D, no edifício que abrigava a antiga sede do Departamento de Medicina da UFPE;

A reforma do espaço tem como objetivo principal viabilizar a realização de treinamentos com foco cirúrgico, com demonstração de fluxos para parametrização e acesso ao laboratório. Para atender a essa finalidade, foram planejadas intervenções voltadas à melhoria da funcionalidade do ambiente e à sua adequação às normas técnicas vigentes, em especial aquelas relativas à acessibilidade e às normas sanitárias aplicáveis.

Conforme argumenta o Departamento de Anatomia, a realização da reforma do laboratório, transformando-o em um espaço para ensino de práticas cirúrgicas possibilitará “a implementação de práticas pedagógicas mais inovadoras e eficientes, alinhadas às diretrizes curriculares nacionais e às necessidades de formação integral dos profissionais da saúde”. Assim, ainda segundo o Departamento de Anatomia, a reforma teria o condão de torná-los “protagonistas de técnicas anatômicas modernas e ensino de práticas jurídicas”, o que possibilitaria a “geração de recursos próprios” que os ajudariam a “modernizar outras salas e obter recursos tecnológicos”.

Nesse contexto, a proposta elaborada pela Diretoria de Planos e Projetos (DPP) contempla, em linhas gerais, as seguintes ações:

- (i) substituição das esquadrias das janelas e instalação de janelas altas fixas;
- (ii) intervenções para tornar o ambiente acessível, como a construção de banheiro acessível e demolição de piso escalonado;

(iii) aplicação de materiais adequados de forros, paredes, pisos e rodapés aos usos propostos ao espaço;

(iv) reforma de lavatórios, prevendo revestimentos, torneiras e escoamento adequados, inclusive para resíduos químicos;

(iv) adequação da iluminação do espaço, bem como instalação de focos cirúrgicos, televisores e câmeras;

Em conclusão, a reforma do Laboratório de Anatomia, situado no segundo pavimento do prédio da antiga faculdade de medicina – CCS possui os seguintes objetivos:

(i) Modernizar o laboratório, possibilitar a realização de práticas pedagógicas inovadoras e eficientes;

(ii) Possibilitar o ensino de técnicas de dissecação cadavéricas aliadas à prática de técnicas cirúrgicas em cadáveres;

(iii) Dotar os ambientes de uma melhor infraestrutura predial, especialmente na iluminação e na drenagem de resíduos químicos e biológicos.

(iv) Tornar o ambiente acessível, atendendo às prescrições constantes nas normas de acessibilidade atualmente vigentes.

2.1 Aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

2.1.1 Leis, decretos e instruções normativas

Licitações e contratos administrativos

Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);

Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

Normas regulamentadoras

NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);

NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);

NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes);

NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

NR 8 (Edificações);

NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);

NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);

NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);

NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);

NR 17 (Ergonomia);

NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);

NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);

NR 26 (Sinalização de segurança);

NR 28 (Fiscalização e penalidades);

NR 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde).

Proteção ambiental

Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil);

2.1.2 Normas técnicas

Acessibilidade

NBR 14718 (Esquadrias — Guarda-corpos para edificação — Requisitos, procedimentos e métodos de ensaio);

NBR 16537 (Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação)

NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

Climatização

NBR 16655 (Instalação de sistemas residenciais de ar-condicionado – *Split* e compacto).

Instalações de cabeamento estruturado

NBR 14565 (Cabeamento estruturado para edifícios comerciais);

NBR 16415 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado).

Instalações elétricas

NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão);

NBR 5413 (Iluminância de interiores).

Instalações hidrossanitárias

NBR 8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução)

NBR 5626 (Sistemas prediais de água fria e água quente – Projeto, execução, operação e manutenção)

2.1.3 Outras normas e atos normativos passíveis de aplicação

Resolução RDC N°50 (Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde);

Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas;

Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife (Lei n° 16.176/96);

Código de Obras da Cidade do Recife (Lei n° 16.292/97).

Ressaltamos, contudo, que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e/ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;

(i) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

(ii) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

(iii) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

(iv) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

(v) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação /experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

(vi) Conceder aos trabalhadores da contratada, direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;

4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;

4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;

4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;

4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;

4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;

4.11. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

5. Levantamento de Mercado

Conforme o exposto nos itens 2 (Descrição da necessidade) e 7 (Estimativa das quantidades a serem contratadas) deste documento, a solução desenvolvida consiste na modernização de um espaço existente, com o objetivo de adequá-lo a uma nova proposta pedagógica voltada ao ensino da prática de dissecação de cadáveres associada ao ensino de práticas cirúrgicas.

Seu principal escopo compreende a aplicação de materiais tecnicamente adequados, conforme as normas sanitárias vigentes, bem como a adequação dos ambientes aos parâmetros técnicos de acessibilidade.

Além disso, trata-se de uma obra sem maiores complexidades, passível de execução por empresas e profissionais com atuação na própria região. Embora o Projeto Básico da contratação possa, futuramente, prever exigências de qualificação técnica, tais requisitos não deverão comprometer a ampla competitividade do certame.

Ressalte-se, ainda, que todos os insumos e serviços previstos foram orçados com base em tabelas oficiais, como a SINAPI, e por meio de cotações junto a fornecedores atuantes no mercado local.

Portanto, a contratação de empresa de engenharia para execução da Reforma do Laboratório de Anatomia – 2º Pavimento – Bloco D do Prédio da Antiga Medicina é medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras (SPO).

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;”;

6.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”;

6.3. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;

6.4. O regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário;

6.5. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 90 dias;

6.6. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste Estudo Técnico Preliminar não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Segundo o projeto executivo de arquitetura elaborado pelo arquiteto Hugo Chaves Jucá (CAU A987379), as intervenções necessárias para a reforma do Laboratório de Anatomia, situado no segundo pavimento do prédio da antiga faculdade de medicina – CCS, tratam-se, principalmente, das seguintes:

7.1.1. Pisos

Aplicação de revestimento em porcelanato técnico, superfície natural, com junta de assentamento e rejuntamento em argamassa;

Aplicação de revestimento em manta vinílica sobre contrapiso de alta resistência e aplicação de arremate em todo o perímetro dos ambientes em perfil de canto arredondado;

Aplicação de revestimento em soleira em granito natural polido.

7.1.2. Paredes

Construção de parede de alvenaria para vedação em blocos cerâmicos e argamassa de assentamento;

Aplicação de revestimento em massa epóxi e pintura em tinta epóxi;

Aplicação de revestimento em porcelanato técnico, superfície natural, com junta de assentamento e rejuntamento em argamassa;

Aplicação de pintura em tinta acrílica antimofa;

Instalação de rodapé em perfil de canto arredondado em alumínio.

7.1.3. Tetos

Instalação de forro em gesso acartonado, com aplicação de pintura em tinta acrílica antimoho, com acabamento fosco;

Instalação de forro removível em placas, com tratamento antibacteriano;

7.1.4. Portas e esquadrias

Instalação de porta de giro com 1 folha com grade em madeira de lei aparelhada com acabamento em pintura em esmalte sintético;

Instalação de porta de giro com 1 folha com grade em madeira de lei aparelhada com acabamento em pintura em esmalte sintético, inclusive chapa e puxador em aço inox AISI 304;

Instalação de porta de giro com 1 folha com grade em madeira de lei aparelhada com acabamento em pintura em esmalte sintético e bandeira do tipo basculante em madeira;

Instalação de porta de giro em aço padrão flush, revestimento em aço galvalume e pré-pintura cor branco.

Instalação de janela do tipo maximar com duas folhas e esquadria em alumínio anodizado;

Instalação de janela do tipo correr com quatro folhas e esquadria em alumínio.

7.1.5. Granitos, louças, metais, acessórios e complementos

Instalação de espelho cristal espessura 4mm;

Instalação de bacia sanitária para caixa acoplada referência P111.17, com caixa acoplada, assento plástico e anel de vedação;

Instalação de bacia sanitária para caixa acoplada referência P115.17, com caixa acoplada, assento plástico e anel de vedação;

Instalação de lavatório em louça na cor branco;

Instalação de lavatório cirúrgico em aço inox AISI 304;

Instalação de torneira metálica de mesa com fechamento automático para lavatório, referência 1170;

Instalação de torneira metálica de mesa com fechamento automático para lavatório, referência 1173;

Instalação de torneira metálica de parede cozinha com arejador DN15-20;

Instalação de ducha higiênica com registro e derivação;

Instalação de barra de apoio horizontal reta dimensão 80cm em aço inox polido;

Instalação de barra de apoio vertical reta dimensão 70cm em aço inox polido;

Barra de apoio lateral para lavatório, tipo "u" em aço inox polido;

Instalação de botoeira/acionador Manual PNE em conjunto com sirene audiovisual para emergência em sanitário de portador de necessidade especial;

Instalação de cabide com acabamento cromado;

Instalação de prateleira de vidro;

Instalação de dispenser para papel higiênico tipo rolão;

Instalação de dispenser para toalha tipo interfolhas;

Instalação de dispenser para sabonete líquido.

7.1.5 Localização e quantificação dos serviços

Para identificação do local de realização de cada serviço e sua respectiva quantificação, deverão ser consultados os projetos executivos de arquitetura e a planilha orçamentária da obra. Deverão ser consultados, também, os projetos complementares de engenharia.

7.2 Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de 102,64 m², incluindo os seguintes ambientes:

Sala de anatomia, com área de 76,90 m²;

Vestiário, com área de 11,26 m²;

BWC, com área de 2,40 m²;

WC acessível, com área de 3,00 m²;

Hall, com área de 9,08 m²;

Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integralmente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

7.3. Projetos complementares de engenharia

Também compõe o projeto executivo de reforma do Laboratório de Anatomia, situado no segundo pavimento do prédio da antiga faculdade de medicina – CCS, os seguintes projetos complementares de engenharia:

Cabeamento estruturado;

Drenagem de ar-condicionado;

Instalações elétricas;

Instalações hidrossanitárias.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 382.941,63

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de R\$ 382.941,63 (TREZENTOS E OITENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por

seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Será necessária a contratação de profissional especializado em exaustão mecânica, tendo em vista a inexistência de técnico com essa formação na Diretoria de Planos e Projetos. Nesse sentido, a elaboração do projeto executivo de exaustão configura-se como demanda complementar e interdependente à execução da reforma tratada neste Estudo Técnico Preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2025, no item 369/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a conclusão da obra, espera-se a completa modernização do Laboratório de Anatomia, com a requalificação de seus espaços em termos de funcionalidade, condições sanitárias e acessibilidade, viabilizando a efetiva implementação das estratégias pedagógicas definidas pelo Departamento de Anatomia.

13. Providências a serem Adotadas

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

Por outro lado, será necessária a elaboração de estudos, por parte dos dirigentes do Departamento de Anatomia, no sentido de avaliar o impacto da execução das obras nas atividades rotineiras desenvolvidas na edificação. Nesse sentido, tal avaliação deverá prever o remanejamento das atividades que seriam realizadas no conjunto de edificações para outros locais, de modo a não impactar negativamente no cronograma de execução da obra.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A Reforma do Laboratório de Anatomia – 2º Pavimento – Bloco D do Prédio da Antiga Medicina produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação



Emitido em 13/06/2025

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 16/2025 - DPP (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/06/2025 10:29)
GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO
CHEFE
DE SPO (11.02.06)
Matrícula: ###601#3

(Assinado digitalmente em 13/06/2025 10:33)
MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA
DIRETOR
DPP (11.02.04)
Matrícula: ###330#6

(Assinado digitalmente em 13/06/2025 10:16)
NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI
ARQUITETO E URBANISTA
CA SPO (11.02.05)
Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **16**, ano: **2025**, tipo:
ESTUDO TECNICO PRELIMINAR, data de emissão: **13/06/2025** e o código de verificação: **fa7b17fa89**